

**III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar  
A primeira década novo milênio: sociedade, instituições e inovações  
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 9, 10 e 11 de maio de 2011**

**REGIONALISMOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA: COMO  
ABORDAR A UNASUL?<sup>1</sup>**

Ana Paula Becker<sup>2</sup>  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

**Resumo**

O artigo faz um apanhado teórico sobre regionalismos e integração regional para abordar diretamente a integração regional sul-americana. O foco principal é a análise da Unasul e a viabilidade de seu projeto político, econômico e social. Com a premissa de que o nível de desenvolvimento dos estados sul-americanos é determinante para o êxito da integração regional – em que contam a convergência de interesses nacionais e a capacidade de concertação política – o estudo propõe o conceito de “densidade nacional”, cunhado pelo economista Aldo Ferrer, como indicador da integração na Unasul. Articulando contexto econômico, social e político, o artigo aborda de forma multidimensional e interdisciplinar o fenômeno de integração regional.

**Palavras-chave**

Novo Regionalismo; Integração Sul-Americana; Desenvolvimento Regional.

**Abstract**

This article is a theoretical summary of regionalism. It addresses the South American regional integration and focuses on the analysis of UNASUR and its project of political, economic and social development. From the premise that the level of development is crucial to the success of regional integration, the study proposes the concept of “national density” as an indication of integration in UNASUR. Articulating its economic, social and political development, the article views regional integration as a multidimensional and interdisciplinary phenomenon.

**Keywords**

New Regionalism; South American Integration; Regional Development.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT4 “Relações Internacionais” do III Seminário de Pesquisa Interdisciplinar – Florianópolis, 9,10 e 11 de maio de 2011.

<sup>2</sup> Graduada em Estudos Internacionais pela *Università degli Studi di Firenze*, em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí, Univali, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, na linha de pesquisa “Economia Política Internacional e Integração Regional”. Contato: anapaulabecker81@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Mesmo os menos atentos às Relações Internacionais têm hoje alguma familiaridade com o termo “integração”, referido a fenômenos de aproximação entre Estados específicos, ou ainda, regiões inteiras do sistema internacional. De fato, o cenário internacional propiciou, principalmente a partir da segunda metade do século XX, inúmeros exemplos de integração interestatal relativos a diferentes setores – econômico, político, social, militar –, situados em diferentes regiões do mundo. Uns de significativa relevância para os acontecimentos da esfera internacional, como o processo de integração entre Estados Europeus iniciado no imediato pós segunda guerra mundial que culminou na formação da atual União Europeia; outros menos, como as diferentes iniciativas latino-americanas de integração produtiva e política, tais quais a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre outras.

A integração na América Latina tem origens ideológicas ainda no século XIX, com o bolivarianismo e o panamericanismo. As iniciativas de fato, todavia, coincidem com o imediato pós Segunda Guerra, quando o contexto internacional e nacional favorecem a aproximação dos países para a cooperação econômica associada ao ideário cepalino de industrialização e desenvolvimentismo. Desde então, muitas são as iniciativas de integração; poucos os sucessos.

Visando compreender o desenvolvimento da integração regional e as causas subjacentes ao sucesso/insucesso das experiências que envolvem a América do Sul, faz-se nesse artigo um estudo sobre as teorias de integração em busca da abordagem adequada à análise do caso Unasul que, na primeira década do século XXI, nasce como iniciativa de integração política direcionada ao desenvolvimento regional.

## **UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA À INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Faz-se necessária, todavia, a distinção conceitual entre os termos “integração” e “regionalismo”. A integração pode ser vista como um processo,

condição ou resultado de relações cooperativas e voluntárias – sendo a dominação um elemento de negação da integração – entre dois ou mais países, podendo também abarcar uma inteira região<sup>3</sup>. Por sua vez, o regionalismo faz referência direta a uma região como espaço geográfico delimitado por Estados ligados geograficamente e por relações de interdependência. Mas há divergências quanto à definição de “região” quando se fala em regionalismo e integração regional no âmbito das RI. A própria contiguidade geográfica pode ser colocada em questão<sup>4</sup>, dada a relativização da “distância linear” consequente à difusão da tecnologia e comunicação, história e cultura nos últimos 40 anos<sup>5</sup>.

Assim, as definições de regionalismo são tantas quantas as teorias das RI. Se consideramos uma teoria como a representação de um objeto a partir da abstração da complexidade que define o “real” deste objeto, concordamos que a abstração implica em um processo de seleção de fatos, pedaços da realidade que, segundo Braillard, é estruturada pelo conhecimento e construída pelo observador através de suas estruturas cognitivas<sup>6</sup>. Neste sentido, cada definição, assim como cada teoria, revela detalhes sobre partes de uma totalidade, não podendo, em si, ser exaustiva em seu intento explicador; portanto, nos parece coerente adotá-las de forma complementar a fim de obter uma visão menos parcial do objeto de estudo.

O regionalismo tem, em cada caso, características próprias que respondem à necessidade de adequação às especificidades do momento histórico a que pertence<sup>7</sup>. Todavia, costuma-se separar os processos em dois grupos ou duas ondas que distinguem o “velho” do “novo regionalismo”.<sup>8</sup> A primeira onda de

---

<sup>3</sup> SERRANO, L. O. Sobre la naturaleza de la integración regional: teorías y debates. *Revista de Ciencia Política*. Vol. 28, n. 23, 2008, p. 96. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2008000200004\(=pt](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2008000200004(=pt). Acesso em: 10/04/2009.

<sup>4</sup> ENGELEN, H. D. Apud: COUTO, L. F. *O Horizonte Regional do Brasil: integração e construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009. A autora contesta o elemento geográfico como essencial à definição de uma região e faz alusão a uma “região francófona” em que o compartilhamento da língua e outros elementos culturais seriam o vínculo mestre da aproximação entre Estados não ligados geograficamente.

<sup>5</sup> NYE, J. 1973. Apud: RUIZ, J. B. *El ALCA vs. el Regionalismo Sudamericano: las opciones para Venezuela*. Universidad de Los Andes; Universidad de Carabobo, p. 112.

<sup>6</sup> BRAILLARD, P. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p.12.

<sup>7</sup> SERRANO, op. cit., p. 97.

<sup>8</sup> HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, 1995, p. 23-59.

regionalismos ocorre entre as décadas de 1950, 1960, quando o imediato pós-Segunda Guerra Mundial e a formação da ordem internacional bipolar premem pelo estabelecimento de relações de solidariedade para conter os nacionalismos exacerbados e aspirações hegemônicas no continente europeu. Os esquemas regionais que emergem desta fase vão em duas direções: organizações microeconômicas com instituições formais cujo objetivo é o fortalecimento econômico e cooperação regional, como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA); ou organizações políticas macrorregionais cujo objetivo é evitar conflitos através do equilíbrio de poder no subsistema regional<sup>9</sup> a exemplo da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O declínio da primeira onda regionalista, na década de setenta, esteve relacionado às crises petrolíferas das quais decorre o protecionismo adotado por inúmeros países, o que dificultou a coordenação da iniciativa conjunta por parte dos países-membro<sup>10</sup>. Na América Latina, o enfraquecimento do modelo desenvolvimentista de Substituição de Importações também contribuiu para que as iniciativas regionais perdessem força; parte das organizações instituídas continua existindo, mas com atividade restrita e relegada ao discurso político.

A queda do muro de Berlim determina mudanças de difícil mensuração para o sistema internacional. Alteram-se os equilíbrios de força, surge uma nova ordem pós Guerra Fria acompanhada por transformações econômicas, sociais e o incrível desenvolvimento do setor tecnológico. O “novo regionalismo” emerge desse cenário como estratégia dos Estados Nação para promover objetivos políticos e econômicos nacionais e coletivos através da cooperação. A escolha do plano de ação regional converge com a necessidade de ampliar o poder de barganha e a autonomia dos estados como resposta à interdependência e alta competitividade impostas pela globalização<sup>11</sup>.

O “novo regionalismo” da década de 1990, em sinal de adaptação aos novos tempos, caracteriza-se pelo eixo de relacionamento Norte- Sul; pelo baixo nível de

---

<sup>9</sup> NYE, J. Apud: HURREL, ibidem, p. 23.

<sup>10</sup> DOMINGUES, J. M. *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 90, 91.

<sup>11</sup> GILPIN, R. *Global Political Economy: understanding the International Economic Order*. Princeton University Press, 2001, p. 11.

institucionalização; pelo caráter multidimensional e pela presença de consciência regional e de um sentimento de pertencimento que leva o fenômeno regional para além dos limites econômicos e políticos<sup>12</sup>. Seguindo a abordagem realista, Ruiz acrescenta à segunda onda o caráter estratégico, pois, segundo o autor, o fim do conflito Leste-Oeste permitira o aparecimento de ambições hegemônicas regionais por parte dos países considerados potências regionais.

Esse aspecto acentua-se com a virada do século XXI transformando, sobretudo na região sul-americana, a natureza do regionalismo. De acordo com Coutinho e Lima, está em vigor uma nova onda, a do “regionalismo estrutural” caracterizada pela dimensão estratégica da integração física entre países.<sup>13</sup> Nesse sentido, o fenômeno promove o interesse regional, e não universal, visando também estabelecer-se como contrapeso aos Estados Unidos da América no sistema “uni-multipolar”<sup>14</sup>. Em perspectiva sociopolítica, Almeida-Medeiros interpreta o ressurgimento do regionalismo como alternativa de organização do poder frente às demandas emergentes de transformações sociais e econômicas; a região seria o nível político que busca maior “responsividade” aos desafios impostos pela globalização<sup>15</sup>.

Para uma adequada abordagem teórica, Andrew Hurrell sugere a decomposição do termo “regionalismo” em cinco categorias-chave da avaliação do nível de integração em uma dada região: regionalização, consciência e identidade regional, cooperação entre Estados, integração econômica regional promovida pelos Estados, e, por fim, coesão regional. Por regionalização o autor designa os processos de interação social e econômica espontâneos ligados à crescente interdependência e aos fluxos de informação entre sociedades. Por consciência e identidade regional entende-se a significação e construção subjetiva de uma região. A categoria “cooperação entre Estados”, por sua vez, prioriza a formação de

---

<sup>12</sup> HURRELL, op. cit., p. 24.

<sup>13</sup> COUTINHO, M. V.; LIMA, M. R. S. de. *Uma Versão Estrutural do Regionalismo*. In: DINIZ, Eli. (org.) *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 123-127.

<sup>14</sup> RUIZ, op. cit., p. 115.

<sup>15</sup> ALMEIDA-MEDEIROS, M. Democracia e Regionalismo chez Jean Louis Quermonne. *Lua Nova*, São Paulo, n.73, pp.11-12, 1995. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100001)<=pt. Acesso em: 20/02/2009.

“regimes internacionais” cujos princípios respondem pela organização das relações inter-estatais em determinadas áreas. A integração econômica promovida pelo Estado diz respeito a políticas públicas de integração econômica e, por vezes, é sugerida como ponto de partida dos processos de integração<sup>16</sup>. Por fim, a categoria “coesão regional” é o somatório das categorias precedentes, na qual há a formação de uma nova unidade regional coesa e consolidada em âmbito econômico, político e social que prevalece sobre os Estados membros.<sup>17</sup>

Há hoje uma gama complexa de quadros teóricos<sup>18</sup> acerca do regionalismo mas, para diversos autores, prevalecem quatro deles: o neo-funcionalismo; o institucionalismo; o intergovernamentalismo ou neo-realismo; e o construtivismo. O neofuncionalismo de Ernst Haas argumenta que a integração regional ocorre a partir da cooperação funcional exitosa cujos efeitos positivos seriam “transferidos” para outros setores, o *spillover*, expandindo a cooperação às áreas política e sociocultural. O neofuncionalismo enfoca as elites, ideologias e instituições como propulsoras do interesse pela integração decorrente do bem estar por ela proporcionado. O institucionalismo estuda a relevância das instituições e sua influência sobre a formação da agenda integracionista<sup>19</sup>. Já o intergovernamentalismo, ou neo-realismo, tem o Estado como ator central do processo de integração, deste modo, os grupos regionais são resultado de alianças dentro do sistema internacional<sup>20</sup> e a única forma de compreender a cooperação internacional é através dos interesses nacionais<sup>21</sup>. Por oposição, para o construtivismo, a realidade é construída socialmente e, nos processos de integração regional, as idéias e a identidade exercem um papel fundamental<sup>22</sup>.

---

<sup>16</sup> A classificação de Balassa distingue cinco níveis crescentes de integração regional: área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e integração econômica total. BALASSA, Bela, 1964. Apud: SERRANO, op. cit., p. 108.

<sup>17</sup> HURRELL, op. cit., p. 25-29.

<sup>18</sup> Hurrell, em obra citada, ilustra as possíveis abordagens teóricas ao regionalismo. O crescimento dos fenômenos de regionalismo contribui, diz o autor, também, ao aumento das teorias explicativas. As “principais teorias” do regionalismo são freqüentemente ligadas à explicação da integração europeia e, neste sentido, é providente a multiplicação e diversificação das teorias para que se atenda à necessidade explicativa e específica do “novo regionalismo” que atende a outras realidades sócio-político-econômicas.

<sup>19</sup> SERRANO, op. cit., p. 100 -104.

<sup>20</sup> SARAIVA, M. G. *A evolução dos processos de integração na América Latina*. In: LESSA, Mônica Leite; GOMES, Williams da Silva (orgs.) *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 113.

<sup>21</sup> AXLINE, 1994. Apud: RUIZ, op. cit., p. 114.

<sup>22</sup> SERRANO, op. cit., p. 106.

Por fim, Hurrel sugere o uso da “teoria dos estágios”, uma abordagem “escalonada” que utiliza argumentos das abordagens acima descritas para explicar a mudança nas dinâmicas de integração ao longo de sua consolidação. A teoria supõe que, inicialmente, os Estados cooperem pela presença de um “inimigo comum”. Todavia, a cooperação traz benefícios à região, o que desencadeia a lógica neofuncionalista de cooperação. Os Estados continuam a cooperar e expandem os setores da concertação regional. A consolidação destes mecanismos institucionais de cooperação contribui com a difusão de valores e princípios comuns, dando à cooperação, a lógica construtivista do sentido de comunidade<sup>23</sup>.

A partir dessas abordagens teóricas e categorias é que se pode focalizar o regionalismo no continente Sul-Americano, sua perspectiva histórica e suas dinâmicas atuais para tentar alcançar a compreensão do fenômeno político, social e econômico pelo qual o continente passa e, então, quiçá, poder elaborar questões e sugestões.

## **A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA**

A integração regional sul-americana tem como origem o pan-americanismo do século XIX. Santos argumenta que o termo foi apropriado e moldado de acordo com o momento histórico<sup>24</sup> e adquiriu, ao longo do século, dois significados: vínculo de união entre os povos americanos visando a não fragmentação continental; e projeto de cooperação e apoio mútuo entre nações independentes fundado sobre interesses nacionais específicos. Saraiva distingue o bolivarianismo, como iniciativa unificadora em prol de uma confederação interamericana de Estados, do monroísmo que, sob o lema “América para os americanos”, objetivava manter afastadas as aspirações colonialistas europeias sobre a região.<sup>25</sup>

Num segundo momento, em que se pode propriamente falar de integração regional, as iniciativas interamericanas tiveram caráter marcadamente econômico e foram, em grande parte, motivadas pela perda de dinamismo das economias

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>24</sup> SANTOS, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo, do Congresso do Panamá à Conferência de Washington*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 31, 32.

<sup>25</sup> SARAIVA, op. cit., p. 114.

nacionais e pela necessidade de sua inserção no cenário internacional<sup>26</sup>. Neste contexto, em 1948 é criada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), cujo pensamento desenvolvimentista é ascendente sobre as iniciativas de integração regional, até os anos 1990.

Partindo da ideia de divisão do mundo em centro e periferia e da deterioração dos termos de troca, a CEPAL defende a industrialização da América Latina por meio da Política de Substituição de Importações. Parte essencial do processo de dinamização da economia era a integração econômica regional “cujo objetivo seria proporcionar o aproveitamento de vantagens comparativas e os ganhos de escala com a ampliação do mercado em nível regional”<sup>27</sup>. Apesar da oposição estadunidense, sob a influência do ideário cepalino surgem grupos de trabalho sobre o mercado latino-americano, a Operação Pan-Americana (OPA) e, em 1960, é criada a Área Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), dentre outros.

O insucesso das iniciativas integracionistas dos anos 1960 é correntemente ligado à escassez de vínculos econômicos, ao protecionismo que impedia o aumento do comércio intrarregional e à insuficiente rede de transportes e financeira entre os países da região. Acrescente-se aos motivos econômicos e infra-estruturais a dificuldade de cooperação entre governos cujo interesse nacional não previa a partilha de soberania nacional<sup>28</sup>. Com a década de setenta e as crises petrolíferas que atingem a economia de forma global, enfraquece o debate sobre a integração regional. As transformações econômicas, políticas e sociais do período marcam a completa obsolescência do modelo nacional desenvolvimentista e coincidem com a terceira fase da modernidade descrita por Domingues como sendo “de “articulação mista”, em que a heterogeneidade social se impôs (...) e as redes (de colaboração voluntária) se firmaram como uma forma crucial de coordenação de vida social, ao lado dos mercados e hierarquias”.<sup>29</sup>

O “novo regionalismo”, nos anos noventa, surge então como fruto da terceira fase da modernidade; emerge das profundas transformações da ordem doméstica e

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>27</sup> BRAGA, M. B. *Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*, p. 5. Disponível em: [www.projetobr.com.br/c/document\\_library/get\\_file?...](http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?...) Acessado em: 21/09/2008.

<sup>28</sup> SARAIVA, op. cit., p. 119-122.

<sup>29</sup> DOMINGUES, op. cit., p. 99.



internacional, com o fim da Guerra Fria. Em âmbito político, a difusão do pluralismo e a redemocratização latino-americana são marcos da nova ordem. Em termos econômicos, o Consenso de Washington contribui com a difusão do neoliberalismo e, no que tange a integração regional, caracteriza o “regionalismo aberto” que atende diretamente às necessidades de “inserção produtiva e tecnológica na economia mundial”<sup>30</sup>. Os novos acordos de integração tendem a eliminar barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros e favorecer a adesão de novos membros aos acordos.<sup>31</sup>

O “novo regionalismo” vem também atender à premência de aumentar o poder de negociação de países desfavorecidos pela ampla desigualdade de poder que persiste na nova ordem mundial<sup>32</sup>. A América Latina, neste período, assiste a iniciativas de concertação política, como o Grupo do Rio, 1986, econômica, tal qual o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), 1987, e comercial com as negociações para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na América do Sul, há a reordenação do Pacto Andino, que em 1990 passa a chamar-se Comunidade Andina (CAN) e forma-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul), 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

### **UNASUL: UMA PROPOSTA DESENVOLVIMENTISTA**

A partir da negociação comercial destes últimos dois organismos sub-regionais, entre 1993 e 1999 emerge a ideia, defendida pelo Brasil, de formação de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) com o objetivo de acrescer a interdependência econômica regional e propiciar a convergência dos países da região frente às negociações da ALCA<sup>33</sup>. Em 2000, com o Comunicado de Brasília<sup>34</sup>, a iniciativa adquire nova agenda; propõe-se a construção da Comunidade Sul Americana de Nações (CASA) com os seguintes pilares: consolidação democrática, integração física e infra-estrutural, combate ao tráfico de drogas, e difusão de

---

<sup>30</sup> BRAGA, op. cit., p. 11.

<sup>31</sup> CEPAL, 1994, Apud: BRAGA, p. 12.

<sup>32</sup> SARAIVA, op. cit., p. 124.

<sup>33</sup> RUIZ, op. cit., p. 107-109.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.oei.es/oeivirt/cimeira1.htm>. Acesso em: 09 de setembro de 2009.

informação, tecnologia e conhecimento. A formalização da iniciativa se dá em dezembro de 2004 com a Declaração de Cuzco que institui a CASA:

um espaço sul-americano integrado no âmbito político, social, econômico, ambiental e de infra-estrutura, que fortaleça a identidade própria da América do Sul (...) e lhes outorgue uma maior gravitação e representação nos foros internacionais.<sup>35</sup>

Para enfrentar as crescentes assimetrias existentes nos planos doméstico e regional, elaboram seis novos princípios orientadores<sup>36</sup> ao que segue a ampliação institucional da organização sul-americana; criam-se comissões e grupos de trabalho. Por fim, o processo leva à formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) formalizada juridicamente em maio de 2008<sup>37</sup>.

A Unasul, desde sua formação, se depara com a problemática da assimetria manifesta através da desigualdade social interna aos países, dos diferentes níveis de desenvolvimento nacional e, conseqüentemente, do peso relativo de cada país membro no cenário internacional. Ruiz argumenta que a presença de assimetrias compromete o sucesso da ação conjunta regional, em que pese a divergência de percepções sobre a importância da integração por parte dos governos<sup>38</sup>. Em sua argumentação, o autor identifica quatro fraturas relativas à prioridade dada e ao grau de comprometimento com o processo de integração por parte dos governos nacionais. Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela priorizam as relações integracionistas em sua agenda internacional, assim como têm alto grau de comprometimento com as dinâmicas da Unasul. Colômbia, Peru e Equador priorizam as relações com a América do Norte via acordos bilaterais e, por conseguinte, demonstram-se céticos quando ao processo de integração. O Chile, por sua vez, mantém posição isolada e neutra quanto às negociações internacionais e um pragmatismo frente aos empenhos “unasulinos”. Enfim, Guiana e Suriname têm posição distanciada, privilegiando as negociações caribenhas a nível internacional, ainda como “exploradores” ou conhecedores das negociações sul-americanas<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> DECLARAÇÃO DE CUSCO, 2004. Disponível em: <http://casa.mre.gov.br/documentos/reuniao-presidencial-de-cusco/declaracao-de-cusco>. Acesso em: 10 outubro de 2009.

<sup>36</sup> Cf. [http://www.comunidadandina.org/documentos/dec\\_int/declaracion\\_cochabamba.htm](http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/declaracion_cochabamba.htm).

<sup>37</sup> COUTO, op. cit., p. 59-62.

<sup>38</sup> RUIZ, op. cit., p. 117.

<sup>39</sup> Ibidem, pp. 117, 118.

Estas diversas percepções da Unasul seriam decorrentes, em parte, do padrão de relacionamento externo dos países da região que se mostra distinto entre norte e sul do subcontinente. Disto resulta que as divergências refletem-se nos interesses nacionais, também divergentes, e na dificuldade de criar regimes internacionais e algum grau de interdependência em escala sub-regional<sup>40</sup>.

Bernal-Meza, referindo-se à integração na América Latina como um todo, tem parecer consoante com Briceño Ruiz e elenca os fatores externos e internos que estão à base da falta de convergência nas políticas externas dos países sul-americanos. Os fatores internos são: a posição de liderança do Brasil – que gera desconfiança em países de médio porte como a Argentina e o Chile; e a percepção sobre as intenções do Brasil de utilizar o fórum regional como elemento de “sua” política de poder para contrapor-se aos Estados Unidos e para melhorar sua posição no sistema internacional. Os fatores externos referem-se ao alinhamento com os Estados Unidos, que pratica uma política hemisférica de prêmios e castigos visando “dividir para reinar”; o posicionamento dos países frente às negociações da ALCA; e, por fim, as percepções sobre o intervencionismo estadunidense na Colômbia, Venezuela e a posição de negociação com Cuba. Superpostos, estes fatores de diferenciação regional formam dois “eixos” de liderança nas negociações regionais: de um lado, em nível hemisférico, os Estados Unidos dão as diretrizes das negociações seguidas pela Colômbia, México e Chile; de outro, o grupo liderado pelo Brasil, Venezuela e Cuba, com posições e argumentos geralmente contrapostos aos primeiros<sup>41</sup>.

Por essa razão, Bernal-Meza afirma que a integração ocupou papel secundário e marginal nas políticas externas dos países sul-americanos visto que, na região, prevalece um nacionalismo não cooperativo. Ou seja, os governos nacionais não consideram, primariamente, se as conseqüências de suas políticas públicas serão negativas sobre o processo de integração. E, segundo o autor, a introdução das políticas neoliberais provocou ainda maior diferenciação das políticas

---

<sup>40</sup> Ibidem, pp. 129, 130.

<sup>41</sup> BERNAL-MEZA, R. *América Latina y El Mercosur en el Sistema Mundial: condicionamientos, conflictos y perspectivas*. In: MIHAILOVIC, Dejan; DANTAS, A. T. *Desarrollo y Integración*, v. I. México DF: EGAP/Miguel Angel Porrúa, 2007, pp. 137, 138.

econômicas e comerciais dos países, dificultando ulteriormente a convergência das posições na concertação política<sup>42</sup>.

O caminho para a convergência não está unicamente na homogeneização estrutural dos países sul-americanos, esta é uma meta de longo prazo e os esforços de estabelecer políticas públicas comuns fazem parte da estratégia que possibilitará esta meta estrutural. O essencial, então, é a consolidação de uma agenda comum para a região – para o autor, uma comum visão de mundo baseada no pensamento estruturalista latino-americano que esclarece a posição do subcontinente na política e economia mundial, e a natureza do desenvolvimento periférico. A iniciativa se traduziria, automaticamente, em “uma agenda comum para a negociação com os Estados Unidos”, em princípios comuns de política externa e numa posição comum de inserção econômica internacional – oposta ao neoliberalismo<sup>43</sup>.

Neste ponto, a agenda proposta pela Unasul é um esforço inicial para a construção e consolidação de uma visão comum de mundo. Entretanto, faltam-nos iniciativas reais e estratégias efetivas de integração regional e formação de um espaço que condivida percepções, políticas, experiências comuns e solidárias.

Dito isso, dadas a vasta agenda à qual se propõe e as inúmeras dificuldades estruturais e conjunturais que a América do Sul historicamente presencia, que estratégia de integração garante o sucesso da Unasul? Há diferentes respostas e apostas quanto ao futuro da Unasul, mas muitas parecem convergir sobre dois pontos: a necessidade de se pragmatizar o discurso integracionista, considerando mais diretamente os interesses econômicos e políticos nacionais<sup>44</sup>; e a necessidade de se resolver, com políticas conjuntas, os problemas sociopolíticos da região visando à promoção do desenvolvimento nacional como premissa para o desenvolvimento regional. O segundo ponto é sobre o qual converge este breve estudo.

Tokatlian, em argumentação sobre a “desconcertação” sul-americana, afirma que os anos noventa corresponderam à “década perdida” em termos de concertação política. Avaliando a ação do Grupo do Rio dos anos 1990 a 2000, o autor identifica

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 140.

<sup>43</sup> Ibidem, pp. 145, 146.

<sup>44</sup> RUIZ, op. cit., p. 131.

inconsistência nos discursos políticos e posicionamento fragmentado dos membros em foros internacionais e identifica, no plano sociopolítico, as dificuldades de negociação. Os países sul-americanos não possuem solidez política ou a ordem doméstica que é basilar para a construção do consenso regional. Déficit democrático e carências em âmbito social aumentam a vulnerabilidade do Estado. A região sul-americana tem então como desafio consolidar as democracias nacionais, reconstruir laços de solidariedade nacional, ampliar os níveis de emprego e de segurança e combater a corrupção; todas ações voltadas para uma maior governabilidade dos Estados da região<sup>45</sup>. O desafio é de transformar as “democracias iliberais”<sup>46</sup> em democracias autênticas, com maior participação cidadã, ética e menor concentração de poder, o que permitiria que os Estados passassem da posição passiva e defensiva à ação responsiva e propositiva frente à globalização<sup>47</sup>.

Domingues aborda a temática a partir da perspectiva da modernidade e, para tratar da complexidade e pluralismo social que as redes da terceira fase da modernidade, propõe e aponta a ação política como base de um novo modelo de desenvolvimento para a América Latina. Para o autor, “alianças amplas e novos blocos históricos também se constroem por meio da política, conquanto demandem soluções e projetos bastante concretos para a vida social.”<sup>48</sup> Podemos, assim, pensar que a esfera regional, de alianças políticas, é uma plataforma para a soluções reais de problema conjuntos? Em caso de resposta positiva, a principal problemática a ser enfrentada na região sul da América seria a escassa capacidade de controle e mobilização do Estado sobre sua sociedade. Isto quer dizer que, nos termos de Foucault, o “biopoder” desses estados – sua capacidade de gerenciar suas populações – é débil. Em sua argumentação, Domingues complementa a noção de

---

<sup>45</sup>TOKATLIAN, J. G. *La desconcertación Sudamericana*. Disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/3010\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3010_1.pdf). Acesso em: 20 de outubro de 2009.

<sup>46</sup> O termo “democracia illiberal” é apresentado pelo historiador Fareed Zakaria, no livro “O Futuro da Liberdade”, 2003 e refere-se à possível coexistência entre métodos democráticos e o cerceamento de liberdades constitucionais. Zakaria nega a tradição de pensamento político ocidental que associa a liberdade à democracia, como sua condição *sine qua non*, quando afirma que para compreender parte crescente das democracias atuais é necessário aceitar as relações de tensão e contraposição possíveis entre democracia e liberdade. O conceito clássico de democracia da tradição liberal é inaplicável à realidade e assume, hoje, função prioritariamente idealtípica, como instrumento de análise, enquanto o termo “democracia iliberal” se presta à ilustração dos desdobramentos da democracia. Cf. ZAKARIA, Fareed. Apud: SANTOS, Manoel Leonardo. *Sobre o Conceito de Democracia Iliberal e sua Relevância*. Disponível em: [www.politica hoje.com](http://www.politica hoje.com). Acesso: 20/02/2010.

<sup>47</sup> TOKATLIAN, op. cit., p. 8.

<sup>48</sup> DOMINGUES, op. cit., p. 85.

escassez de “biopoder” com o conceito de “poder estrutural” dos Estados, também escasso. Para Michel Mann, “poder estrutural” de um estado é o que lhe permite “realizar coisas através por intermédio de sua sociedade” canalizando energias para o aumento do poder coletivo das redes sociais – conceito que contrasta com o de poder despótico<sup>49</sup>.

O aumento do “biopoder” e dos “poderes estruturais” coincide com a condição de controle social que é realizada na medida em que as instituições estatais estão enraizadas territorial, social e politicamente e as populações são igualitariamente incorporadas pelo Estado<sup>50</sup>. A integração sul-americana será viável, nestes termos, somente quando as organizações regionais proporcionarem novas formas de articulação entre o Estado e a sociedade<sup>51</sup>. Também há preocupação quanto à difusão da ciência, tecnologia e ampliação dos direitos sociais, educação e cultura, aspectos que contribuiriam para a consolidação societária do “novo regionalismo” sul-americano através da difusão de seus benefícios<sup>52</sup>.

Por sua vez, o economista argentino Aldo Ferrer, representante do neoestruturalismo latino-americano<sup>53</sup>, chama a atenção para a necessidade de avaliar o processo de integração sul-americano tendo como parâmetro as especificidades regionais políticas, sociais e econômicas. Referindo-se especificamente à integração do Cone Sul, o autor relata que tomar o caso europeu como padrão para a análise de nosso integracionismo conduz à ótica “fundamentalista” do “Mercosul ideal”<sup>54</sup>, segundo a qual o processo de “integração é o estabelecimento de regras, normas estáveis, rígidas”<sup>55</sup> em termos econômicos e políticos. A abordagem apropriada ao fenômeno de integração sul-americana, diz

---

<sup>49</sup> DOMINGUES, op. cit., p. 94.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>52</sup> Ibidem, 102-107.

<sup>53</sup> O neoestruturalismo latino-americano segue a perspectiva analítica sistêmica-estrutural e aborda o tema da evolução do sistema capitalista mundial dando grande ênfase aos processos e dinâmicas da atual fase do sistema, a fase de “mundialização-globalização”. A corrente de pensamento tem como principais autores os argentinos Aldo Ferrer, Mario Rapoport e Raul Bernal-Meza. BERNAL-MEZA, Raul. *América Latina y El Mercosur en el Sistema Mundial: condicionamientos, conflictos y perspectivas*. In: MIHAILOVIC, Dejan; DANTAS, A. T. *Desarrollo y Integración*, v. I. México DF: EGAP/Miguel Angel Porrúa, 2007, p. 131.

<sup>54</sup> FERRER, A. *Integração Regional e Desenvolvimento na América do Sul*. Conferência do Fórum de integração regional / IUPERJ, 2006. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1\\_conferencias\\_conferencia\\_aldo\\_ferrer.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_conferencias_conferencia_aldo_ferrer.pdf). Acesso em: 01/06/2009.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 2.

ele, é, por outro lado, aquela em que se relevam, em perspectiva comparada, o contexto histórico-social no qual se iniciaram as negociações do Mercosul, e o contexto atual de negociações. Esta seria a visão, na análise de Ferrer, do “Mercosul possível”. Ou seja, adaptando-o a presente pesquisa, temos a visão da “Unasul possível”<sup>56</sup>.

O valor desta integração regional é dado pelas suas potencialidades e as problemáticas. O seu sucesso é um desafio, e os caminhos para esta superação concorrem para o fortalecimento dos Estados membro. Neste sentido, o autor considera o processo de integração um instrumento funcional para fortalecer o desenvolvimento dos Estados Nacionais sul-americanos<sup>57</sup>. No pensamento de Ferrer, o desenvolvimento é de natureza essencialmente endógena, pois sua força motriz é a ampliação do mercado interno. Mais especificamente, o desenvolvimento é “o processo no qual os países geram conhecimento, aplicam-no, têm capacidade de inovar, aprender, acumular saber e práticas, gestão de recursos e capacitação pessoal, integração do aparato produtivo...”<sup>58</sup>, processo que é corroborado por fatores externos, mas não prescinde à esfera nacional. Assim sendo, as esferas nacional e regional não são independentes e, concorrem ambas, em uma relação bidirecional, para a consolidação da integração regional.

Esta relação pode ser melhor identificada na obra em que o autor compara as trajetórias política, econômica e social de países que chegaram ao desenvolvimento com o caso argentino. No livro *El Capitalismo Argentino*, Ferrer identifica, em quatro variáveis, as condições necessárias ao desenvolvimento nacional: 1. alto grau de coesão social, 2. lideranças políticas e sociais comprometidas com a gestão dos recursos nacionais, 3. solidez institucional, e 4. estabilidade política.

É interessante que, dentre os quatro elementos, Aldo Ferrer confere atenção especial à variável coesão social. Já em outros estudos<sup>59</sup>, a mesma foi usada como referencial para avaliações sociopolíticas, indicando a plausibilidade da

---

<sup>56</sup> Certamente a transposição de termos requer cuidado, pois as duas organizações regionais diferem quanto ao tempo de atuação e às esferas de atuação, todavia, a relativização contextual implícita no termo “possível” é pertinente à avaliação de ambos os processos de integração regional.

<sup>57</sup> FERRER, op. cit., p. 2.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>59</sup> Cf. DOMINGUES, op. cit.; TOKATLIAN, op. cit.; SORJ, B.; MARTUCCELLI, D. *O Desafio Latino-Americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

argumentação. A coesão social, segundo ele, corresponde ao baixo nível de fraturas sociais e desigualdades e à ausência de marginalização de segmentos sociais dos processos de troca. O termo parece ser uma adaptação econômica do mesmo termo cunhado pela União Europeia na década de noventa para designar os valores de igualdade e solidariedade implícitos no modelo de sociedade europeia<sup>60</sup>. É também usado por Sorj e Martuccelli como elemento central de um processo de construção de novos mecanismos de representação para o enfrentamento dos problemas de desigualdade social e falta de consolidação política em países latino-americanos – que remete à argumentação de Domingues sobre os poderes estruturais do Estado.

Coesão social, lideranças políticas, solidez institucional e estabilidade política são os componentes da “densidade nacional”<sup>61</sup>. Em consonância com Tokatlian, Ferrer define “densidade nacional” em “um conjunto de fatores que determinam a capacidade de uma sociedade de responder aos desafios da globalização”<sup>62</sup> e, acrescenta, para o desenvolvimento da América do Sul, o espaço decisivo, mesmo em tempos de globalização, é o espaço nacional. O sucesso da integração regional é paralelo ao desenvolvimento nacional e está intrinsecamente ligado à qualidade da resposta que o país e sua estratégia de desenvolvimento dão aos desafios e oportunidades da globalização; assim, afirma ironicamente, “cada país tem a globalização que merece”<sup>63</sup>. O sucesso da integração regional depende da resposta que cada país dá às mudanças impostas pela globalização. Se possuírem alta densidade nacional, terão facilidade em estabelecer uma plataforma comum de negociação, será alta a capacidade de articulação de respostas à globalização e, por conseguinte, vingará a formação do espaço regional político, econômico e social.

A reflexão que fazemos, então, é no sentido de propor, para um estudo mais aprofundado e extenso, que se utilize o conceito de “densidade nacional” como parâmetro para a avaliação do processo de integração sul-americana proposto pela Unasul. Conhecer as condições nacionais de desenvolvimento econômico e social e de consolidação política e institucional pode nos conduzir à construção de cenários

---

<sup>60</sup> SORJ, op. cit., p. 287.

<sup>61</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>62</sup> El Clarín, Entrevista a Aldo Ferrer: 24 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.clarin.com/suplementos/zona/2007/02/25/z-03615.htm>. Acesso em: 05 de agosto de 2009.

<sup>63</sup> FERRER, A. *Globalización, Desarrollo y Densidad Nacional*. 2007. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal\\_guillen/25Ferrer.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal_guillen/25Ferrer.pdf). Acesso em: 01/06/2009.



mais precisos para o futuro da concertação política regional. Permite outrossim a avaliação da capacidade e disponibilidade que os países e as elites políticas que conduzem o processo de integração têm de consolidar e praticar uma agenda regional comum.

O argumento se justifica, pois a “densidade nacional” se articula em três planos diferentes e em três condições interconexas; é um parâmetro de análise complexo, mas completo por envolver a dimensão social, política e econômica concomitantemente – cumprindo, portanto, com a necessidade de adequar as ferramentas conceituais de pesquisa e análise da integração regional com a natureza multidimensional do fenômeno estudado. Enfim, a “densidade nacional” é composta por variáveis que fazem parte de cada uma das correntes teórico-interpretativas do regionalismo. Coesão regional, elites políticas, solidez institucional e estabilidade política são, em diferentes graus, variáveis passíveis de serem utilizadas para a avaliação da integração regional a partir de uma abordagem “escalonada” que congloba o neofuncionalismo, o neogovernamentalismo, o neoinstitucionalismo e o construtivismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esses são apenas alguns dos estudos que consolidam a ideia segundo a qual a análise do processo de integração não deve ser feita sob perspectivas isoladas. O arcabouço em que a integração regional se insere é complexo por envolver os planos social, político e econômico de cada país e as relações entre eles. Abordagens amplas, e não por isso menos objetivas, são necessárias para captar as dinâmicas do regionalismo, que se desdobram em diversos níveis.

Segundo argumentamos, inúmeros autores concordam no afirmar que o êxito dos processos de integração regional depende da convergência de interesses e políticas externas dos Estados Membro. O caso sul-americano confirma a hipótese. Nossas iniciativas de concertação regional são frouxas, laços tanto formais, solenes e dignos, mas pouco práticos em reflexo das assimetrias e diferenças internas que caracterizam o continente sul-americano. Essa realidade compromete as bases do

diálogo e da formação de uma agenda comum de atuação internacional, enfim, da convergência dos interesses nacionais.

Se a linha de argumentação não é falha, temos que o uso do conceito de “densidade regional” como ferramenta teórica é válido e adequado para a avaliação da Unasul como processo de integração regional. Traçar um panorama social, econômico e político dos países membro faz parte do exercício de compreensão da capacidade que a Unasul tem, como espaço regional, de convergir iniciativas em políticas públicas e interesses nacionais para consolidar uma agenda comum de inserção no sistema internacional.

O desenvolvimento dos Estados membro e da região em si é prioridade para o sucesso das iniciativas regionalistas sul-americanas. Afinal, o ressurgimento do regionalismo no período pós Guerra-Fria tem caráter estratégico e os Estados buscam, através da região, ampliar sua capacidade de negociação, barganha e posicionamento internacional. Assimetrias, desordem e instabilidade no plano interno são indesejáveis, pois prejudicam a credibilidade e capacidade de negociação do organismo regional no plano internacional – confirmando que sem iniciativas válidas para o desenvolvimento interno, a integração regional via Unasul não cumpre com sua função e, não tarda, estará relegada a mero discurso político.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA-MEDEIROS, M. Democracia e Regionalismo chez Jean Louis Quermonne. *Lua Nova*. São Paulo, n.73, 2008, p.11-44. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000100001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100001) <=pt. Acesso em: 20/04/2009.
- BERNAL-MEZA, R. *América Latina y El Mercosur en el Sistema Mundial: condicionamientos, conflictos y perspectivas*. In: MIHAJLOVIC, Dejan; DANTAS, A. T. *Desarrollo y Integración*, v. I. México DF: EGAP/Miguel Angel Porrúa, 2007.
- BOBBIO, Norberto, et al. (orgs.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB. 2007.
- BRAGA, M. B. *Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>. Acesso em: 03/03/2009.

CARDOSO, F. H., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 7 ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

CARTA MAIOR. Entrevista a Aldo Ferrer: 24 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.paulohenriqueamorim.com.br/?p=1278>. Acesso em: 01/07/2009.

CHAUNU, P. *História da América Latina*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

COUTO, L. F. *O Horizonte Regional do Brasil: integração e construção da América do Sul*. Curitiba: Juruá, 2009.

DOMINGUES, J. M., *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

EL CLARÍN. Entrevista a Aldo Ferrer: 24 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.clarin.com/suplementos/zona/2007/02/25/z-03615.htm>. Acesso em: 05/08/2009.

FERRER, Aldo. *El Capitalismo Argentino*. Buenos Aires: FCE, 1997.

\_\_\_\_\_. *Globalización, Desarrollo y Densidad Nacional*. 2007. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal\\_guillen/25Ferrer.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/vidal_guillen/25Ferrer.pdf). Acesso em: 01/07/2009.

\_\_\_\_\_. *Integração Regional e Desenvolvimento na América do Sul*. Conferência do Fórum de integração regional / IUPERJ, 2006. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1\\_conferencias\\_conferencia\\_aldo\\_ferrer.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_conferencias_conferencia_aldo_ferrer.pdf). Acesso em: 01/07/2009.

HOFFMANN, A.; COUTINHO, M.; KFURI, R., Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, vol. 51, n. 2, 2008.

HURRELL, A. *Regionalism in World Politics: regional organization and international order*. New York : Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, 1995.

- NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ROSEN, H. S., *Scienza delle Finanze*. Mc Graw Hill, 2003.
- RUIZ, J. B. *Del ALCSA a La Comunidad Sudamericana de Naciones: explicando El nuevo regionalismo em América del Sur*. Universidad de los Andes, CEF, Universidade de Carabobo, CELAC, CDCHT.
- SANTOS, M. L.. *Sobre o Conceito de Democracia Iliberal e sua Relevância*. Disponível em: [www.politicohoje.com](http://www.politicohoje.com). Acesso em: 20/02/2010.
- SARAIVA, M. G. *A Evolução dos Processos de Integração na América Latina*. In: LESSA, Mônica Leite; GOMES, Williams da Silva (orgs.) *História das Relações Internacionais: teorias e processos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 111-132.
- SERRANO, L. O., Sobre la Naturaleza de la Integración Regional: teorías y debates. *Revista de Ciencia Política*. Santiago do Chile, vol. 28, n. 3, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2008000200004](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2008000200004). Acesso em: 10/04/2009.
- SORJ, B.; MARTUCCELLI, D. *O Desafio Latino-Americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TOKATLIAN, J. G., *La Desconcertación Sudamericana*. Disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/3010\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3010_1.pdf). Acesso em: 20/10/2009.
- UNASUL. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/documentos.htm>.
- COUTINHO, M. V.; LIMA, M. R. S. de. *Uma Versão Estrutural do Regionalismo*. In: DINIZ, Eli. (org.) *Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.